

Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa 10 ANOS



Os Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834

Augusto
Moutinho Borges

Mestre em Património e Turismo
(Universidade do Minho),
Doutorando em História das Ciências
da Saúde (Faculdade da Ciências
Médicas de Lisboa-UNL).

O caso de Almeida e Penamacor

A Domingos Torrão, Presidente da Câmara Municipal de Penamacor pelo exemplo de conservação e restauro do antigo Real Hospital Militar de S. João de Deus da antiga Praça de Guerra

Resumo

Consideramos, pelas referências documentais, que o ano de 1606 é o momento em que os Irmãos Hospitais de São João de Deus vieram para Portugal construir, em Montemor-o-Novo, um oratório no local do nascimento do fundador da Ordem Hospitaleira.

A sua presença é já conhecida desde 1580 em território nacional, mas com a função específica de dar apoio aos feridos de guerra espanhóis, prática que perdurou no Império até 1640. Após a revolução que aclamou a monarquia sob a égide da Casa de Bragança, surgiram Regimentos e Alvarás emitidos pelo Conselho de Guerra no sentido de incumbirem os Irmãos Hospitais de administrarem e exercerem funções clínicas e assistenciais nos Reais Hospitais Militares da fronteira e da retaguarda.

É durante 240 anos, em datas extremas entre 1645-1835, que os Irmãos Hospitais de São João de Deus vão estar directamente relacionados com a prática administrativa, de capelania assistência e hospitalar nos Hospitais Militares, terminando essas funções com a exclausura no advento do liberalismo em 1834 em Portugal e um ano depois no Oriente.

Abstract

We consider, through the documentary references, that the year of 1606 is the moment when the Hospitaller Brothers of Saint John of God come to Portugal to build an oratory in the place of birth of the founder of the Hospitaller Order, in Montemor-o-Novo.

However, their presence on national territory is already known since 1580, but with the specific function of supporting the Spanish war injured, practice that lasted on the Empire until 1640. After the revolution that restored the monarchy under the shield of the House of Bragança, the War Council issued warrants with the purpose of charging the Hospitaller Brothers with the administration and the assistance in the Royal Military Hospitals of the frontier and of the rear-guard.

It is during 240 years, in extreme dates of 1645-1835, that the Hospitaller Brothers of Saint John of God will be directly related with the administrative and hospitable practice and chaplaincy in the Military Hospitals, ending those functions with the extinction of the religious orders on the advent of liberalism.

*Comunicação apresentada à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Introdução

Consideramos que o ano de 1606 é aquele que, por razões documentais, marca o início da presença dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal¹. Efectivamente a presença dos frades de S. João de Deus em território luso já se fazia sentir ao exercerem as suas funções assistenciais desde 1580, com a ocupação militar após a conquista territorial que historicamente é conhecida e apelidada de União Dinástica (1580-1640). Durante sessenta anos os Filipes desenvolveram, na Península Ibérica, os primórdios de uma rede hospitalar para os feridos de guerra e enfermos militares a qual consideramos não ter paralelo na restante Europa.

Nos finais do século XVI, a presença efectiva e real dos profissionais da saúde é referenciada como exclusiva aos soldados e marinheiros que guarneciam Lisboa, instalados no castelo de S. Jorge². Na sequência da ocupação armada pelos castelhanos, no advento do século XVII, foi alicerçada a construção, na cidade de Angra, do primeiro Hospital Militar³ na Europa construído de raiz e para os fins específicos de servir os enfermos que lutavam e protegiam o vasto Império espanhol.

Pela análise em torno da problemática assistencial militar, consideramos que este imóvel é, sem dúvida, o primeiro exemplo edificado a merecer a nossa atenção. Analisemos então o edifício quanto à sua localização, quer geográfica quer urbana. A escolha da implantação na cidade de Angra, na Ilha Terceira, em pleno epicentro atlântico, era fundamental para acolher os soldados aquartelados na Fortaleza de S. Filipe e do Forte de S. Sebastião. Simultaneamente prestava um valioso apoio e auxílio aos embarcados que ali aportavam, independentemente de pertencerem à Carreira das Índias Orientais ou Ocidentais⁴. A simbiose que foi delineada é mais que perfeita, inter relacionando-se a actividade assistencial com a inter acção social e urbana. O edifício não se localizava no interior de nenhuma construção abaluartada, mas relativamente próxima da principal estrutura defensiva da cidade. Por outro lado permitia acolher rapidamente os embarcados que necessitavam de cuidados hospitalares⁵.

Relativamente ao desenvolvimento interno da componente assistencial, caracterizamos o imóvel em cinco áreas fundamentais e que constituem a essência tipológica do que hoje entendemos ser um hospital militar:

- I – Enfermarias (com latrinas)
- II – Sala de Cirurgia e Botica;
- III – Sector Administrativo e Capelania (com a Comunidade dos Irmãos Hospitaleiros);
- IV – Serviços (com Cozinha, Cisterna/poço e armazéns);
- V – Cerca (para plantio de ervas aromáticas, medicinais e desinfestação).

Todo este complexo sistema orgânico estende os seus laços ao cemitério comum e, a partir de finais do século XVIII, ao cemitério militar, tal como podemos analisar em diversa documentação.

As campanhas da Aclamação e os Reais Hospitais Militares, 1640-1668

Sabemos hoje que uma das principais componentes para a manutenção dos exércitos é a que está directa e indirectamente relacionada com a assistência hospitalar. Foi nesse contexto que se projectou para as Praças do Reino um notável conjunto de infra-estruturas capazes de satisfazer as reais necessidades, para combater as inúmeras manifestações doentias, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. Salientamos que os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus eram considerados, pela sua localização espacial junto à raia, como hospitais de fronteira, apoiados pelos de retaguarda, mencionados no Alvará de 4 de Maio de 1645 e mais tarde no de 1646, qual atesta a entrega da administração assistencial em Portugal aos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus⁶.

Inicialmente, a atribuição assistencial é específica para os Reais Hospitais Militares da Província do Alentejo, Elvas, Campo Maior e Olivença, mas que rapidamente se alastrou a todo o reino, começando pela Praça de Monção⁷.

Os Hospitais Militares criaram a sua própria identidade, sendo implantados e construídos à imagem e semelhança do Hospital da Boa Nova, identificando-se no reino como Reais Hospitais Militares de S. João de Deus. Ainda hoje encontramos na toponímia local de Ponte de Lima, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Almeida, Penamacor, Castelo de Vide, Campo Maior, Elvas, Olivença, Moura, Castro Marim, Lagos e Lisboa

¹ MARTINEZ, 2006, p.p.35-36.

² CARVALHO, 1950, p.p.189-278.

³ MENEZES, 1930, p.43-54 e CARVALHO, 1950, p.228.

⁴ LEITE, 2002, p.p.21-22.

⁵ BORGES, 2006, p.p.11-15.

⁶ Alvará de 4 de Maio de 1645, Div3-Sec47-Cx2/6.

⁷ Alvará de 1646, Div3-Sec47-Cx2/5.

essa mesma alusão referencial. O Padre Bautista de Castro⁸, acerca da relação dos Hospitais Militares que havia no reino sob a administração dos Irmãos Hospitais, no século XVIII, refere a existência de 20 Hospitais que invocam a S. João de Deus e 3 com a invocação de N.^a Sr.^a da Conceição, de St.^o André e de N.^a Sr.^a da Vitória.

Pelo exposto consideramos que no Reino ficava estruturada a assistência aos feridos de guerra que grassavam nas Praças e fortalezas de fronteira. Desde 1645 até à data extrema de 1834 momentos houve em que o auxílio assistencial foi fundamental, pois o reino foi invadido ou, caso único, invadimos o território castelhano. Os Irmãos Hospitais e a Ordem Hospital de S. João de Deus não podem ser dissociados dos cruciais momentos em que a belicidade armada ensombrou Portugal, Brasil, África e Oriente.

Consultando a documentação nos Arquivos Nacionais e a bibliografia que tem sido publicada sobre esta matéria, com incidência nos trabalhos de 1950 e 1994⁹, vincamos a relação das Campanhas militares com o incremento da construção hospitalar e a participação dos Irmãos ao serviço do Reino. O apoio assistencial não era exclusivo dos Irmãos Hospitais, nem os Hospitais Militares se circunscreviam exclusivamente aos já referenciados, existindo outros edifícios em praças-fortes, tais como Peniche e no Porto. Contudo, no panorama nacional, os Irmãos detinham a hegemonia administrativa e a supremacia técnica face a um reino que centrava o ensino das práticas médicas na Universidade de Coimbra.

A aprendizagem dos Irmãos era realizada e transmitida no Convento-Hospital de Elvas, tal como nos chegou informação impressa da *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiro*, com data de 1741. Pela obra constatamos que a formação era pluridisciplinar, conclusão indiscutível pela análise dos diversos manuais que nos chegaram, realçando, entre outros, o manuscrito de Frei Joseph Correia, *João de Deus Pai dos Pobres*, de 1731¹⁰, e dos *Suplementos de Hospitalidade* de 1666, de 1779 e de 1801¹¹.

O contributo analítico do modelo hospitalar dos religiosos de S. João de Deus constitui, no século XVIII, um exemplo da orgânica assistencial para todas as cortes europeias, transcrevendo o exemplo que o médico Ribeiro Sanches nos dá na famosa obra da Conservação da Saúde dos Povos “*Estão os Hospitais ordinariamente fundados no meio das cidades, ou pela facilidade de transportarem ali os enfermos, ou porque*

aumentando-se o número dos habitantes, o edifício, que estava antigamente nos arrabaldes se acha hoje no meio delas...

Mas a sua vastidão é o defeito mais considerável e por consequência o número dos enfermos desde a sua entrada nele até acabasse a vida, ou a enfermidade. É certíssima observação que quantos mais enfermos estiverem em um hospital muitos mais morrerão, e que quanto mais os hospitais forem pequenos, muito mais, proporção guardada se curarão nele.

No Hospital Real de Paris, chamado Hotel de Dieu, há constantemente 1.300 camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 18.000 a 20.000 enfermos. Morre a quarta parte deste número, quero dizer, de quatro mil e quatrocentos a cinco mil enfermos. O Hospital dos Frades de S. João de Deus da mesma cidade tem constantemente sessenta camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 2.200 a 2.300 enfermos. Não morrem mais que a oitava parte, quero dizer, de 275 a duzentos e noventa e um enfermos. Daqui se vê que as mortes nos Hospitais se aumentam à proporção do maior número dos enfermos”¹².

Pela análise das plantas dos Hospitais Militares, administrados pelos Irmãos Hospitais, verificamos que os Hospitais eram de pequenas e reduzidas dimensões, sublinhando a importância técnica do saber hospitalar para a concepção orgânica do próprio espaço edificado, tal como vimos na primeira construção tipo, em Angra, Boa Nova, nas outras plantas com risco do Real Corpo dos Engenheiros Militares e nos edifícios que chegaram até hoje.

O Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Almeida

Peguemos no exemplo prático da Praça de Almeida, por ser o melhor que caracteriza os nossos objectivos. No século XVIII, especificamente a partir de 1762, os homens de guerra tinham ao seu dispor, nesta localidade, uma bem estruturada rede assistencial baseada em dois locais próprios, um no interior do centro urbano - Real Hospital Militar de S. João de Deus;

⁸ CASTRO, 1763, p.p.105-109.

⁹ Sobre este assunto vários autores tem publicado os Alvarás régios e as causas desta incumbência, destacando BROCHADO, 1950, BORGES, 2006, CARVALHO 1950, GIÃO 1950, REIS, 2005 e SILDANHA, 1994, entre outros.

¹⁰ SALGADO, 1997.

¹¹ Os livros citados encontram-se na igreja paroquial de N.^a Sr.^a do Bispo, antigo Convento de S. João de Deus, em Montemor-o-Novo.

¹² SANCHES, 1756.

e o outro no espaço muralhado – Hospital de Sangue. Só mais tarde, e após 1762 (data marcante pela campanha invasora do Pacto de Família)¹³ este notável conjunto hospitalar é reforçado com novo edifício, adaptado que foi do Convento das Freiras para Quartel de Infantaria e para Real Hospital Militar. Sobre os primeiros edifícios referenciados temos um conjunto de informações escritas, cartográficas e topográficas que (além de terem sido já analisadas e publicados noutros trabalhos que se prendem com a investigação académica em curso) se revestem do maior interesse para o estudo da Praça de Almeida, pois permitem-nos analisar o seu esquema organizativo referente à assistência e práticas clínicas de então.

O *Real Hospital Militar de S. João de Deus* localizava-se entre a actual Rua do Hospital Velho e a Rua da Cadeia contíguo ao Palácio da Vedoria¹⁴, e assistia os soldados enfermos, com doenças tais como cortes, provocados por lâminas, viroses cíclicas, etc. e o *Hospital de Sangue* localizava-se, tal como no presente, no Revelim Doble, entre os Baluartes de S. João de Deus e de St^a Bárbara, e tinha por especial função servir de local para as cirurgias. Daí o seu ingrato mas sugestivo nome que ainda perdura no subconsciente como um dos locais mais temíveis dos infortunados soldados que para ali se tinham que deslocar para serem tratados.

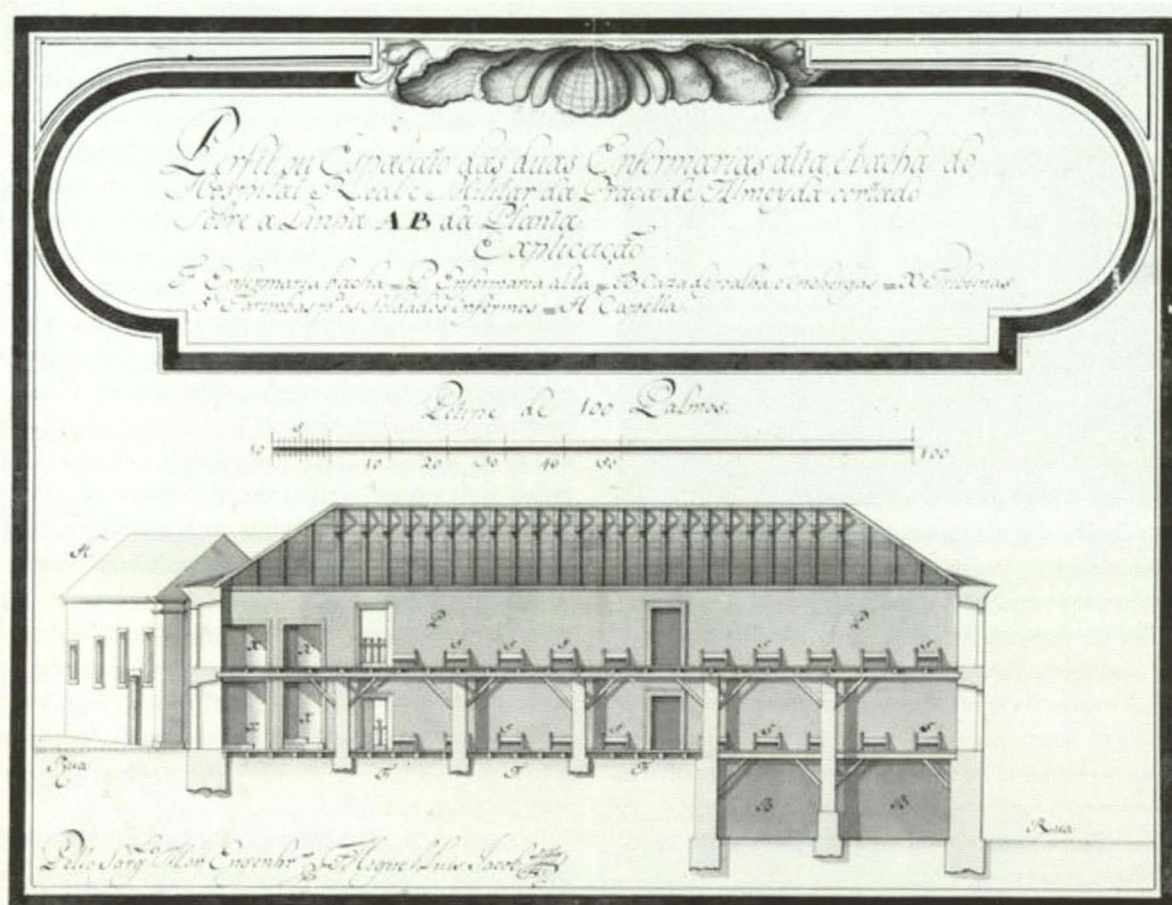
O *Hospital de Sangue* era constituído, na sua essência, por bloco operatório e enfermaria, estando rela-

Almeida, desenho a tinta da china
e lápis de Marin Garcia, 2005



¹³ MORAIS, 1950.

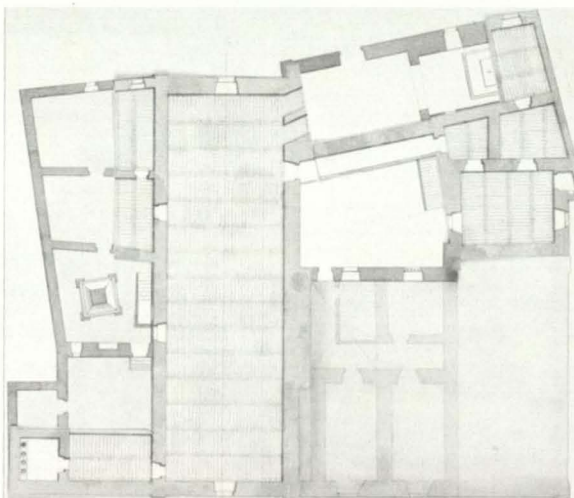
¹⁴ CONCEIÇÃO, 2002.



cionado com a organização técnica da Aula de Anatomia da Praça de Almeida fundada em 1773 por Decreto Régio do Marquês de Pombal, o qual transcrevemos: Atendendo a alguns justos motivos que me foram presentes, Hei por bem nomear a António Joseph Coelho Rodrigues no emprego de Cirurgião mor do Regimento de Infantaria de Almeida. Com a obrigação de explicar Anatomia a todos os ajudantes de Cirurgia e Praticantes do mesmo Regimento e dos mais que guarnecem a dita Praça que uns e outros se devem exercitar no Hospital Militar della; e nesta consideração vencerá com o dito Emprego duzentos mil réis de soldo por anno que lhes serão pagos pella forma que se pratica na Thesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido e lhes faça expedir os despachos necessários¹⁵.

Pela análise efectuada em torno da Aula de Anatomia e Cirurgia da Praça de Almeida, esta nunca chegou a ser importante, não por ter sido a primeira a ser criada fora dos circuitos tradicionais, mas porque se passou a privilegiar as aulas de Elvas e, especialmente, a peninsularmente reconhecida Aula de Anatomia da

Almeida, Corte sul do Real Hospital Militar de S. João de Deus, Sargento-Mor Luís Miguel Jacob, 1764, GEAEM



Almeida, Planta do Real Hospital Militar de S. João de Deus, Sargento-Mor Luís Miguel Jacob, 1764, GEAEM

¹⁵ REIS, 2005



Almeida, Rua da cadeia actual Rua S. João de Deus, únicos vestígios do Real Hospital Militar de S. João de Deus, 1764

Praça de Chaves, mérito, em parte devido a excepcionais Irmãos de S. João de Deus e médicos que aí aprenderam e exerceram, dos quais damos como exemplo o famoso Dr. Francisco da Fonseca Henriques autor das obras *Anchora Medicinal* e *Aquilégio Medicinal*.

A importância organizativa do complexo sistema da Aula de Anatomia, em Almeida, localizado essencialmente no Hospital de Sangue, era constituída por três componentes fundamentais que caracterizamos:

I – Bloco ou Mesa de Cirurgia (área onde se localizava a mesa de cirurgia);



Almeida, Rua do Hospital Velho, local onde se localizava o Real Hospital Militar de S. João de Deus em 1764

II – Recobro (área de repouso e observação pós operatório);

III – Cemitério (área para enterramento de membros e de corpos).

A forma de se atingir este núcleo fundamental hospitalar extramuros, e unicamente da competência militar, era realizada pela transposição das muralhas pelas Portas Falsas, que designamos de S. João de Deus, em virtude da sua proximidade com o Baluarte de S. João de Deus. Desta forma, os civis não tinham acesso a este local, nem tão pouco se apercebiam da complexidade assistencial aí praticada, tendo presente que o número de óbitos seria bastante elevado, tal como analisamos nos assentos paroquiais deste período. A forma de se atingir o Bloco era através de uma rampa ou escada móvel de forma a permitir aos maqueiros que pudessem transpor o desnível que ainda hoje existe.

Em caso de guerra a referida rampa não era atingida, podendo-se continuar o trabalho clínico sem qualquer interrupção. Em caso de óbito, os corpos seriam enterrados no cemitério que envolve a casamata, daí ser conhecido como revelim Doble. Ainda hoje aí se podem encontrar três lápides sepulcrais como vestígio desse passado¹⁶.

No ano de 1790 continuava a ser solicitada, pelo poder real, a presença dos religiosos de S. João de Deus, pelo médico da Praça de Almeida para darem apoio à principal Praça de Guerra da Província da Beira, invocando os seguintes motivos *Que para a boa e perene assistência dos mesmos enfermos Militares, são necessários seis Religiosos incluindo-se um Sacerdote para mais prontamente acudir à administração dos Sacramentos*¹⁷. Tal facto, e para continuarmos com o nosso exemplo no Reino, manteve-se até ao advento das Invasões Francesas, Guerra Civil e exclaustração no ano de 1834, em Portugal, pondo-se fim ao cuidado aos enfermos militares pelo saber técnico dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus.

¹⁶ BORGES, 2005, p.p.608-609.

¹⁷ CAHM, vide diversa documentação sobre Almeida.

O Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor

Em Penamacor encontramos o Real Hospital Militar de S. João de Deus em local que obedece aos parâmetros tipológicos por nós conceitualizados, quanto à sua localização e construção¹⁸. Se nos casos analisados verificamos, sempre perto do edifício hospitalar, a presença de uma Porta Magistral ou de uma *paterna*, também aqui observamos essa característica. O edifício não se localiza no centro urbano, este projecta-se num dos extremos do espaço edificado, juntando-se à muralha e ocupando-a como num todo, respeitando, no entanto, o respectivo caminho da guarda ou explanada, para mobilidade das tropas, tal como podemos observar em planta¹⁹.

Outra característica que detectamos no contexto geral, e aqui se confirma, é da proximidade do edifício a um baluarte. Neste caso concreto entre dois pólos fortificados, tal como podemos analisar nas plantas

da Praça, especificamente na *Planta das antigas fortificações da Vila de Penamacor* e seus principais edifícios, de 1856. Permitia-se, desta forma, ter uma área aberta privada para fins, essencialmente, terapêuticos e de cultivo. Por vezes o *Baluarte* adquiria o seu topónimo, desconhecendo se o mesmo aconteceu nesta Praça por falta de levantamento toponímico militar e municipal. A verdade é que no eixo viário à Rua de S. Brás, assim chamada por existir no largo a capela de S. Brás, encontramos a Rua João de Deus.

Encontramos diversas plantas do Real Hospital Militar de Penamacor, projectos que se desenvolveram mediante as *Ordens do que se deve observar no Hospital Militar*²⁰, e que ao longo dos tempos transformaram e revolveram localmente o terreno para implantação arquitectónica, suas remodelações, acrescentos e anexação de outros edifícios. Em alguns casos temos informações que ocuparam, ou expropriaram mesmo, outros edifícios para serem adaptados às funções necessárias ao quotidiano hospitalar e do exército.

Penamacor, desenho a tinta-da-china e lápis de Marín Garcia, 2005



¹⁸ BORGES, 2005, p.p.608-609.

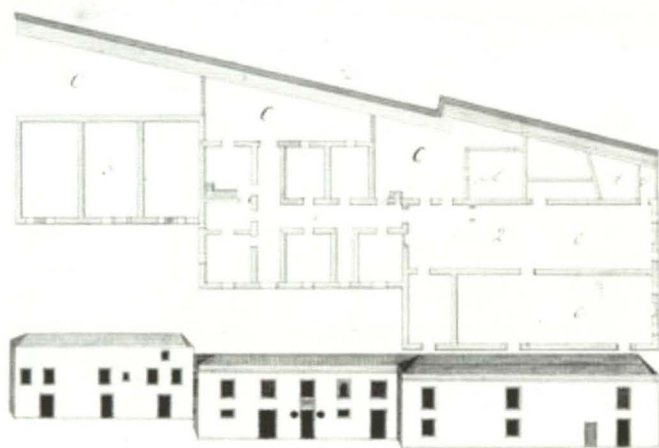
¹⁹ *Planta das antigas fortificações da vila de Penamacor e seus principais edifícios*, 1853, dimensões: 97x62cm, Capitão Engenheiro Joaquim António Dias, Cota: 31 70/1-21 I-27-39-CTRI, 2003.

²⁰ BORGES, 2005.



Penamacor, Real Hospital Militar de S. João de Deus, 2005
Terreiro de S. Brás

Planta do Real Hospital de S. João de Deus da Praça de Penamacor



Penamacor, Planta do Real Hospital Militar de S. João de Deus, anónimo, cerca 1680-90, GEAEM

Realçamos quatro aspectos que imediatamente se evidenciam no todo, a fachada, o exterior, o interior e a cerca. No presente, temos a certeza que o Hospital Militar obedeceu a um projecto da responsabilidade dos Engenheiros Militares formados nas

Academias, na Aula de Risco e na Escola de Fortificação Portuguesa, bastando para isso analisar as inúmeras plantas projectadas, desde Real Hospital Militar a Quartel de Infantaria²¹.

Tal como em Elvas, Ponte de Lima e Miranda do Douro encontramos, projectado de raiz, na fachada exterior do Real Hospital Militar um nicho, para aí se colocar uma estátua do Santo Patrono, S. João de Deus. Em Penamacor ainda hoje podemos observar no edifício a localização do

referido nicho²², hoje transformada no presente em janela de iluminação à escadaria que leva ao sobrado.

Em virtude de ser edifício régio não encontramos as armas da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, nem as armas reais, tal como ainda hoje observamos noutras localidades²³.

Hoje não é difícil apontar uma lenta evolução das funcionalidades dos espaços, gravitando o desenvolvimento estrutural em torno das enfermarias. Por algumas das plantas analisadas, do Hospital Real de S. João de Deus de Penamacor, constatamos que o centro orgânico são as enfermarias dos soldados e dos oficiais gravitando, à sua volta, as outras dependências

necessárias ao seu funcionamento, como a cozinha, quarto do cozinheiro, porteiro e enfermeiros de serviço, quarto de operações e as casas de despejos (latrinas). Por vezes a capela e a botica comunicavam com o exterior, tal como é ainda possível observar neste hospital.

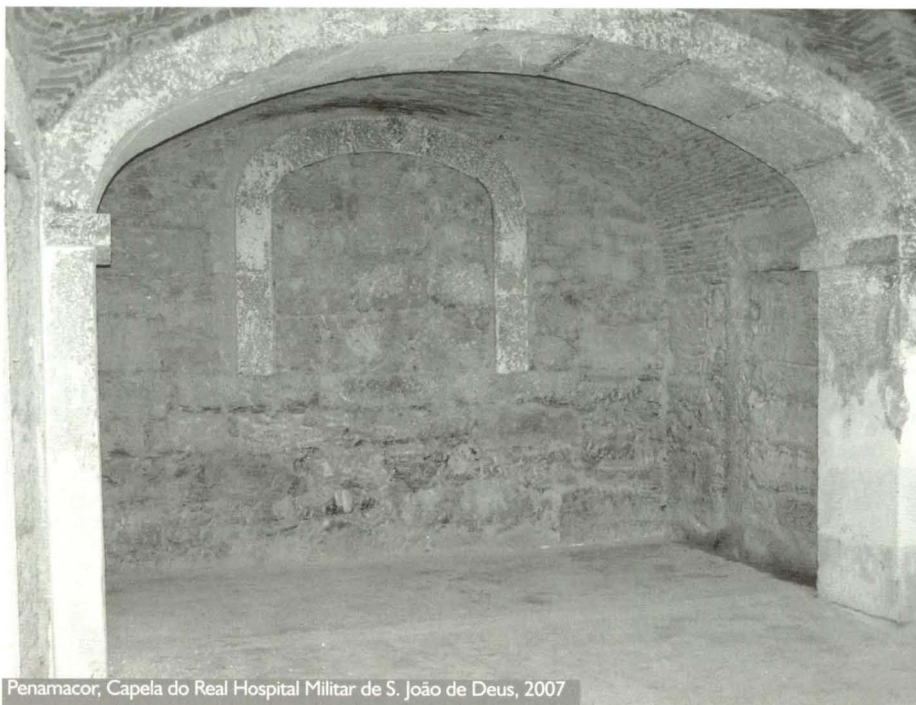
O quotidiano no Real Hospital Militar de S. João de Deus, séc. XVII

Os Hospitais tinham, para as suas funções quotidianas, os seguintes profissionais: almoxarife, fiel, médico, cirurgião, boticário, sangrador, enfermeiros religiosos, ajudantes de enfermeiros, cozinheiros e seu

²¹ Planta do quartel actual do Batalhão de Caçadores nº4 em Penamacor, séc. XVIII, dimensões: 48x39cm, Cota: 3174-2A27-39-CTR/2003. No GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE ENGENHARIA MILITAR encontram-se inúmeras plantas deste imóvel, com as sucessivas transformações. Vide Sidcarta.

²² É possível ver a projecção do nicho na planta do século XVII, Cota: 3183-211-27-39-CRT/2003.

²³ Em Moura encontramos as armas heráldicas da Ordem na fachada da igreja e no lavabo da sacristia.



Penamacor, Capela do Real Hospital Militar de S. João de Deus, 2007

ajudante, moço das compras (ir ao açougue, compra de hortaliças,...) caneiro (trato dos bois, ir à fonte com o carro, trazer lenha, palha,...), forçados (despejos, lavagens e limpezas das enfermarias, lavagens dos doentes,...), lavadeiras (trato de roupas sujas,...) e naturalmente capelães do Regimento e religiosos sacerdotes²⁴.

Pela importância que os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus tiveram nas Praças de Guerra encontram-se dois topónimos relacionados com o nome do Santo Patrono, um em Almeida, S. João de Deus e outro em Penamacor, João de Deus²⁵.

Conclusão

Pelo que acabamos de escrever podemos concluir que se devem aos Reais Hospitais Militares, como consequência directa da Restauração, 1640-1668, a primeira rede de saúde para os militares em Portugal, com Alvarás propositadamente escritos pelo Conselho de Guerra e com objectivos, obrigações e deveres muito concretos. A coesão técnica e científica dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus fizeram com que os Bragança incumbissem a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus de *administrarem os Hospitais Militares*. Numa primeira fase restringiu-se ao Alentejo, em 1645, Elvas, Campo Maior e Olivença, e numa segunda fase, desde 1646, a todas as Praças de fronteira, começando por

Monção, encontrando-se o Real Hospital Militar de Penamacor nessa linha programática, como eixo para a defesa da Beira, juntamente com a Praça de Almeida..

Após o fim das Batalhas da Restauração os Irmãos continuaram como administradores dos Reais Hospitais Militares até data extrema de 1834, recebendo muitas vezes o nome do Santo Patrono, sendo vulgarmente conhecidos como Hospitais Militares de S. João de Deus.

O desenvolvimento da arte da guerra originou profundas transformações relativamente ao conceito arquitectónico, orgânico, clínico e social, encontrando-se preferencialmente perto de alguma Porta Magistral ou, no caso da sua impossibilidade, perto de uma poterna, pois desta forma permitia-se rápido acesso do exterior ao interior, para maior comodidade do transporte e mobilidade dos feridos de guerra.

²⁴ CARVALHO, 1950.

²⁵ Por levantamento efectuado *in situ* localizamos a Rua João de Deus. Popularmente os mais antigos conhecem-na como Rua S. João de Deus, mas que se enganaram na colocação do nome na placa toponímica sendo agora conhecida apenas por Rua João de Deus (o escritor que assim foi baptizado por ter nascido no dia de S. João de Deus, a 8 de Março).

Bibliografia

- BORGES, Augusto Moutinho, *O Baluarte, Hospital e Rua de S. João de Deus na Praça e Vila de Almeida*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.º260, 2003, pp.39-41.
- _, *Pertences das Capelas dos Reais Hospitais Militares de S. João de Deus*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.º268, 2005, pp.29-31.
- _, *Os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus e a assistência aos feridos de Guerra em Portugal, séculos XVII-XVIII*, in *XIV Colóquio da História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa Histórica Militar, 2005, pp.595-625.
- _, *Irmãos de S. João de Deus, 229 anos de hospitalidade no império português*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.ºespecial, 2006, pp.11-15.
- _, *O Hospital Militar da Guarda no contexto dos Hospitais Militares da Beira*, in *Revista Praça Velha*, n.º 17, CM Guarda, 2005, p.p.5-8.
- BROCHADO, Costa (coord.), *São João de Deus, homenagem ao seu glorioso filho, 1550-1950*, Lisboa, Bertrand, 1950.
- CARDOSO, Pe. Luís, *Dicionário Geográfico*, Lisboa, 1758.
- CARVALHO, Augusto da Silva, *S. João de Deus. A Ordem de seu nome. Serviços prestados pelos Hospitaleiros em Portugal*, in *Revista Acção Médica*, Ano XV, n.º58 e 59, Lisboa, Outubro-1950 a Março-1951, pp.189-278.
- CARVALHO, José Vilhena de, *Almeida, subsídios para a sua história*, Viseu, 2Vol., 2ª ed., SCM Almeida, 1988.
- CASTRO, Pe. Joao Bautista, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
- CLAVIJO Y CLAVIJO, Salvador, *La Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en la Marina de Guerra de Espana. Presencia y nexo*, Madrid, IV Centenario de San Juan de Dios, 1950.
- _, *Breve Historia de la Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en los Ejércitos de Mar y Tierra*, Madrid, IV Centenario de San Juan de Dios, 1950.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da vila cercada à Praça de Guerra. Formação do espaço urbano em Almeida. Séculos XV-XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- CORREIA, Fr. Joseph, *S. João de Deus, Pai dos Pobres*, Lisboa, Gradiva, 1997 (edição fac-similada de 1741, com transcrição de MESTRINHO, Abílio José e MESTRINHO, Anastásia Salgado).
- GAMEIRO, Aires, *Sobre a Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, in *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros de Fr. Diogo de Sant-lago*, 2005, p.p.VII-XXIV.
- GOUVEIA, Frei António de, *Vida e Morte de S. João de Deus*, Lisboa, Ed. Távola Redonda, 1996 (edição fac-similada de 1658).
- LEITE, Antonieta Reis, *Angra, um porto no percurso da cidade portuguesa*, in *Revista Atlântida*, vol. XLVII, Angra do Heroísmo, 2002, p.p.15-57.
- LINDEMAN, Mcay, *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002.
- MARTÍNEZ, José Sánchez, *Llegada a Portugal de los Hermanos de San Juan de Dios*, in *Almensor, Revista de Cultura*, N.º5, Montemor-o-Novo, Ed. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, p.35-42.
- MORAIS, Alberto Faria de, *O cerco de Almeida. 1762*, Lisboa, Boletim do Arquivo Histórico Militar, 1950.
- REIS, Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, Lisboa, 2vol., Estado-Maior do Exército, 2005.
- SALDANHA, Pe. Guilhermino Augusto Teixeira, *Alguns aspectos da Vida e Ordem de S. João de Deus com incidência militar*, in *Hospitalidade com S. João de Deus no coração da História*, Lisboa, Hospitalidade-Rei dos Livros, 1994, pp.153-219.
- SANCHES, António Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Lisboa, 1757.
- SANTIAGO, Fr. Diogo de, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Oficina de Miguel Manascal da Costa, 1741 (edição fac-similada, Alcalá, Lisboa, 2005).

O autor agradece aos directores do Arquivo Histórico Militar e Direcção de Infra-estruturas Militares todas as facilidades concedidas no projecto de investigação em curso, fazendo este trabalho parte integrante do mesmo.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

